

# Nacional

EDUCAÇÃO

23 OUT 1991

## Reforma no ensino amplia permanência do aluno nas escolas estaduais

por Luci Moraes  
de São Paulo

Um programa de reforma de ensino do primeiro e segundo graus, que pretende resgatar a qualidade da educação na rede estadual, foi anunciado ontem, no Palácio dos Bandeirantes, pelo governador Luiz Antônio Fleury e pelo secretário de Educação, Fernando Moraes. O programa estende para cinco horas diárias e duzentos dias letivos o calendário escolar do período diurno e para 3,5 horas e 250 dias o do período noturno.

No início, a reforma será aplicada em duzentas escolas da região metropolitana de São Paulo e cem do interior, absorvendo US\$ 600 milhões, US\$ 245 milhões financiados pelo Banco Mundial (BIRD) e o restante vindo do orçamento estadual, estimado em US\$ 2,6 bilhões para este ano. Esta primeira fase atingirá, em 1992, 15% dos 6 milhões de estudantes da rede estadual e 5% de suas 6,3 mil unidades de ensino. No ano seguinte, a reforma será aplicada em mais mil escolas e, até 1994, todo o projeto deverá estar implantado a custo total previsto de US\$ 2,5 bilhões.

"Outras reformas de ensino fracassaram porque foram realizadas de uma só vez", destacou Fleury ao justificar a opção por uma aplicação gradativa. O governador não acredita também que a parte teórica do projeto esteja terminada. "Sei que receberemos críticas e estamos abertos a elas", acrescentou, elogiando em seguida o trabalho desenvolvido pelo secretário Fernando de Moraes e pelo Núcleo de Gestão Estratégica — um grupo de setenta pessoas formado por professores do estado e profissionais com experiência na área do ensino público pertencentes a diferentes linhas ideológicas.

Outro aspecto que mereceu especial atenção na proposta da reforma diz respeito ao professor, que receberá melhorias salariais e de preparação técnica. Além do aumento de 40% dado em sete parcelas, até fevereiro, a todos os docentes do estado, aqueles que aderirem à jornada de dedicação exclusiva prevista para os professores das trezentas escolas-padrão terão um adicional de 30%. Os que derem aulas à noite terão mais 30% e outros 20% se optarem pelo trabalho em escolas da periferia urbana ou de áreas rurais. Todos estes benefícios são aplicados de forma cumulativa.

Os diretores também terão gratificações graduadas: adicional de 20% para os que estiverem à frente de escolas com até setecentos alunos; 30% para os de estabelecimentos com setecentos a 1500 alunos e 40% para os dirigentes de escolas com mais de 1500 inscritos. O quadro dos professores também deverá ser aumentado com a assinatura de decreto pelo governador determinando que todos os que estiverem emprestados a outros órgãos públicos voltem às escolas onde serviam originalmente.

Quanto à atualização do conhecimento dos docentes, ela já começará a ser

praticada neste último semestre do ano. Os cursos, coordenados pela USP, Unicamp e Unesp, serão dados na capital e em catorze cidades do interior onde funcionavam os antigos centros administrativos da Secretaria Estadual de Educação. O treinamento será feito também através de um canal de UHF concedido à Secretaria na sexta-feira pelo ministro da Infra-Estrutura, João Santana, e que irá compartilhar com a Fundação Anchieta uma banda do satélite Intelsat. "A exemplo do que acontece nos países mais avançados, o canal também será utilizado como suporte pedagógico do professor", acrescenta Moraes.

As 66 escolas técnicas agrícolas e indústrias do estado, a exemplo do que acontece hoje com as três universidades de São Paulo, passarão para a jurisdição da Secretaria de Ciência e Tecnologia. "Os cursos são anacrônicos", salientou Fleury. "Queremos transformar estas entidades em escolas de tecnologia."

Dentro da nova proposta, as escolas, cujos prédios serão reformados ou construídos segundo concepções arquitetônicas diferentes, gozarão de uma certa autonomia administrativa. Um contrato de gestão assinado pelo Conselho Escolar — formado por pais de alunos e professores — especificará metas anuais referentes aos índices de aproveitamento, repetência e evasão de alunos. Mediante o documento, será repassada a verba que formará a Caixa de Custeio, a ser gerida pelo mesmo conselho. "Os pais exercerão a pressão para que as metas sejam cumpridas e, por outro lado, o conserto de um vidro pode ser imediato, sem depender dos trâmites burocráticos para liberação do dinheiro", destacou o secretário.